UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RAFAELA LAURINO CARVALHO

VOZES DE RESISTÊNCIA(S): O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS NARRATIVAS DE MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR NO PARANÁ (1964-1985)

PONTA GROSSA
2023

RAFAELA LAURINO CARVALHO

VOZES DE RESISTÊNCIA(S): O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS NARRATIVAS DE MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR NO PARANÁ (1964-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Licenciada em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof. Dra. Lorena Zomer

PONTA GROSSA
2023

RAFAELA LAURINO CARVALHO

VOZES DE RESISTÊNCIA(S): O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS NARRATIVAS DE MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR NO PARANÁ (1964-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Licenciada em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 06 de dezembro de 2023.

Prof. Dra. Lorena Zomer

Orientadora

Prof. Dra. Angela Ribeiro Ferreira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Membro da banca

Prof. Dra. Georgiane G. H. Vázquez

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Membro da banca

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente), ou somente indicadas fonte e página (se apenas utilizada a ideia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 06 de dezembro de 2023.



Assinatura do(a) Acadêmico(a)

RA: 20012289

RESUMO

O objetivo deste trabalho é dialogar com as trajetórias de mulheres, paranaenses de origem, que fizeram parte do movimento de resistência à ditadura militar, especialmente dentro do movimento estudantil, no estado do Paraná. Para isso foram utilizados relatos produzidos e publicados pela Sociedade DHPAZ, documentação nomeada de *"Depoimentos para a História - A resistência à Ditadura Militar no Paraná"*[1] e que se encontram disponíveis na plataforma Youtube. A metodologia utilizada foi a análise dos discursos em conjunto com uma análise da memória para compreender possíveis significados dados a essa militância e participação no movimento. Identificamos, portanto, como o movimento estudantil assumiu o papel de agente essencial para as oposições políticas à ditadura e como "porta de entrada" à militância dessas mulheres.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Mulheres; Movimento Estudantil; Paraná.

[1] Ver DhPaz - Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@sdhpaz> . Acesso em: 4 nov. 2023

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Tela Inicial do Canal DhPaz no Youtube……...15

Figura 2- Playlist “Depoimentos para a História”.....15

Figura 3- Depoimento Célia Regina de Souza……..21

Figura 4- Depoimento Elizabeth Franco Fortes……22

Figura 5- Depoimento Ana Beatriz Fortes……23

Figura 6- Depoimento Lídia Lucaski……24

Figura 7- Depoimento Edezina de Lima Oliveira…….24

Figura 8- Depoimento Valéria Prochmann……25

Figura 9- Tosca Zamboni……..26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados Informativos……26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5- Ato Institucional nº 5

AP- Ação Popular

CBA- Comitê Brasileiro pela Anistia

COMUPA- Conselho Municipal de Proteção aos Animais

DCE- Diretório Central dos Estudantes

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

DOI-CODI- Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FUEL- Fundação Universidade Estadual de Londrina

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MR8- Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PcdoB- Partido Comunista do Brasil

PDC- Partido Democrata Cristão

POLOP- Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PT- Partido dos Trabalhadores

UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFPR- Universidade Federal do Paraná

ULES- União Londrinense dos Estudantes Secundaristas

UNE- União Nacional dos Estudantes

UPE- União Paranaense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……...10

1. EVOCANDO ANÁLISES E MEMÓRIAS……...17

1.1 PENSANDO NUMA HISTÓRIA DAS MULHERES ……..19

1.2 QUEM SÃO E POR ONDE ANDAM ELAS? QUEM SÃO ESSAS ESTUDANTES QUE MILITARAM?.....20

2. RESISTÊNCIA(S) E OPOSIÇÕES……...27
3. AS MULHERES NA OPOSIÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL……..29

3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL……29

3.2 ENTRE NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS……...31

3.3 RESISTÊNCIAS CRUZADAS: ARTICULAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL, ORGANIZAÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS……36

4. SÍNTESE E RESULTADOS……...44

CONSIDERAÇÕES FINAIS……44

FONTES……...46

REFERÊNCIAS……..46

Introdução

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) se constitui como enfoque de diversas pesquisas em território nacional, bem como carrega grande peso dentro da historiografia brasileira por se tratar de um tema que não se esgota. Seu início, em 1964, foi marcado pelo medo do denominado "perigo comunista" e durante esse contexto, várias camadas da sociedade lutaram das mais diversas maneiras contra a vigência do golpe instaurado. Em movimentações nas ruas, panfletagens, discursos e guerrilhas, manifestações artísticas e intelectuais contaram com estudantes e mulheres por meio dos movimentos de resistência e cresceram mesmo em meio a repressão e perseguição política, censura e prisões.

> Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como "democracia relativa". Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática. O Congresso funcionou durante quase todo o período, apesar das cassações de mandatos parlamentares em momentos de crise, da imposição do bipartidarismo no final de 1965, e do seu fechamento de tempos em tempos, além de outros constrangimentos. Havia julgamento legal de prisioneiros políticos, embora na Justiça Militar e sob leis duras, sem contar perseguições a oposicionistas, torturas e mortes à margem da lei do próprio regime. Os militares governaram sob a vigência de uma Constituição (...) (RIDENTI, 2014, p.1)

Com o trecho acima de Marcelo Ridenti (2014) observamos como a ditadura militar procurou manter-se como um regime baseado em estruturas legais e colocada em prática em nome de uma democracia ameaçada no governo anterior ao golpe, mesmo com ações e atuações arbitrárias e de perseguição política.

É comum, portanto, durante as ditaduras a contestação e o embate ao regime autoritário através dos movimentos sociais. No Brasil não foi diferente. Vale lembrar que o contexto em que a ditadura militar brasileira aconteceu esteve inserido dentro do contexto da Guerra Fria (normalmente definida entre o fim da Segunda Guerra e final dos anos 1980 e início de 1990), e que, portanto, agravou de certa forma o discurso de "anticomunismo" e a necessidade de manifestar-se a favor a um dos blocos hegemônicos (Estados Unidos e a antiga União Soviética). Nossa vizinhança com os Estados Unidos além da pressão exercida pelo governo estadunidense definiu qual decisão tomar e qual dos países declarar apoio. Isso

pode explicar, não como um todo, mas em partes, a violência, perseguição e a recusa aos que eram considerados comunistas durante a ditadura militar e a grande influência norte-americana nos precedentes do golpe e na manutenção da ditadura no Brasil.

Mas, e como se constrói, e se construiu nos anos anteriores, a memória histórica após tanto tempo de autoritarismo? Arquitetado e colocado em prática, o golpe de 1964 marcava o início de longos vinte e um anos, dado em nome da "liberdade" do Brasil e uma possível "libertação" do comunismo em nosso país. Como a terminologia aqui utilizada já diz, se tratou de um ato genuinamente golpista, que delimitou a ausência da democracia e direitos em todo território nacional e que, ironicamente, não tinha como parte de sua construção, a liberdade - a não ser para os comandantes, militares, generais e torturadores. Ou seja, liberdade até que ponto e para quem?

Durante a ditadura militar, o movimento estudantil e as universidades em geral foram o principal alvo de repressão. O incêndio na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no dia seguinte ao golpe demonstrou o início das proibições e, os acordos MEC-USAID[2] colocavam suas consequências em jogo, o que possibilitou o crescimento nos movimentos de oposição, principalmente estudantis.

Algumas escritoras e escritores como Rollemberg, Fico e Napolitano nos trazem grandes debates acerca da ditadura militar no Brasil. A deflagração de um golpe de Estado, liderado pelas Forças Armadas, que passaram a deter o poder soberano, colocando-se ilegalmente fora de lei e a implantação do sistema DOI-CODI[3], instalou uma "polícia política" complexa no país que mesclava a polícia civil, militar, as Forças Armadas, bombeiros e uma polícia feminina. Essa rede, somada a outros orgãos de repressão foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio durante a ditadura militar (FICO, 2004).

Portanto, pensando nisso, se a preparação do golpe e sua implementação foi civil-militar, ou seja, contou com apoio de significativas partes da população no geral, os anos

[2] A Reforma Universitária em 1965 foi um acordo entre o MEC e a United States Agency for International Development que previa a implementação de um modelo tecnicista para as universidades, com inspiração no modelo norte-americano. Essa Reforma gerou grande agitação e descontentamento pelos estudantes, que resistiram (Mesquita, 2001).

[3] Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna foi o órgão responsável pelo planejamento das ações de segurança e informação, interrogatórios e prisões de suspeitos políticos contra a ditadura.

seguintes da ditadura possuiriam um caráter onde grupos militares estariam em detrimento das lideranças civis, sobressaindo-se. Essa progressiva institucionalização do aparato repressivo demonstrou a feição militar da ditadura e que sua manutenção também seria dada por esta classe, mesmo contando com apoio de civis durante sua vigência. Segundo Fico (2004) o golpe de 1964 foi político e se não contasse com a iniciativa militar, seria impossível. Aí está seu caráter majoritariamente militar e é por isso que, no título deste trabalho usamos a expressão "ditadura militar".

No contexto paranaense, a ditadura mostrou-se mais intensa em algumas regiões - assim como as ações de militância - como em Curitiba, Londrina ou Maringá, mas, diversas outras cidades foram tomadas pelo regime repressivo. De acordo com Batistella (2015), o golpe foi arquitetado conjuntamente com governadores de alguns estados brasileiros, entre eles, o Paraná. Já na década de 1960, Ney Braga[4] (PDC) possuía destaque na política paranaense - uma vez que era contrário à posse de João Goulart após a saída de Jânio Quadros da presidência - e estaria envolvido "direta e silenciosamente" no golpe, o qual contou com a adesão também de grande parte conservadora da sociedade, entre empresas, políticos, instituições religiosas e outros.

Neste momento inicial, no Paraná, houve pouca resistência[5] de pessoas civis ao golpe civil-militar, as que existiram foram presas e, as principais lideranças políticas de oposição perseguidas. Também no Paraná aconteceu a "caçada aos comunistas", intervenções sindicais e inquéritos de investigação. Aqueles que se opunham a Ney Braga tinham seus direitos políticos cassados (BATISTELLA, 2015). Contudo, apesar da continuidade do golpe, os movimentos de resistência também se intensificaram e vários grupos sociais passaram a aderir à luta pela redemocratização do país, entre eles, o movimento estudantil. Neste trabalho, o objetivo é trazer à tona parte específica desse grupo que participou em combate à ditadura no estado do Paraná, quais eram seus ideais de luta, como participaram e significaram suas trajetórias e experiências políticas nos longos 21 anos pós golpe: as mulheres.

---

[4] Governador eleito no estado do Paraná no início da década de 1960. Seu mandato terminou em 1965 e foi de certa maneira, essencial na deflagração do golpe no Brasil e no estado paranaense.

[5] Rollemberg (2015) contribui a pensar na resistência enquanto conceito e, enquanto "ataque ao poder ocupante"; "comportamento de ruptura"; "participação de uma expressão coletiva e coordenada de recusa". Apesar de no Brasil, em seu contexto ditatorial, essa classe ser classificada enquanto "oposição", esses comportamentos, no geral, são considerados formas de resistência em sua essência.

Para isso será utilizado como fonte principal, um material intitulado *"Depoimentos para a História - A resistência à Ditadura Militar no Paraná",* dirigido pela Sociedade DHPAZ - Direitos Humanos para a Paz[6] e pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão Nacional da Anistia do Ministério da Justiça. Projeto este que foi também transformado em livro de autoria do ex-preso político Antônio Narciso Pires de Oliveira[7], do historiador Fábio Bacila Sahd e da jornalista Silvia Calciolari. Nesse contexto, foi lançado um conjunto de depoimentos, entre 2013 e 2014, 50 anos após o golpe de 1964[8], com entrevistas de homens e mulheres militantes que se colocavam contra a ditadura no Paraná. No total, o material conta com 172 vídeos de relatos disponíveis e que podem ser acessados na plataforma Youtube, no canal "DhPaz", em uma pasta específica chamada "Depoimentos para a História" e, os sete vídeos que aqui serão utilizados variam em seu tempo de duração entre 1h10 a 1h48.

Esse conjunto de relatos abrange diversas trajetórias e abordagens sobre resistência(s) à ditadura militar no Paraná e, como primeiro critério de seleção para o conjunto de depoimentos analisados aqui, procuramos colocá-las enquanto participantes do movimento estudantil, durante o contexto ditatorial, e consequentemente pertencentes à oposição da ditadura, uma vez que o movimento estudantil foi um dos mais significativos mesmo com a repressão. E, complementar a este primeiro é que, além de participarem do movimento estudantil, são mulheres que nestes depoimentos aqui utilizados, (re)afirmaram essa participação[9]. O segundo critério corresponde a origem dessas mulheres, ou seja, somente serão analisadas aquelas que nasceram no estado do Paraná. Mesmo que o conjunto de depoimentos conte com mulheres que vieram de outros estados para o Paraná, o objetivo foi

---

[6] DhPaz é uma entidade paranaense de Direitos Humanos. Ao todo no canal existem 187 vídeos distribuídos nas pastas "Humanos Vermelhos", "Banda Humanos Vermelhos" e "Depoimentos para a História". Sua página oficial <http://www.dhpaz.org> no entanto, encontra-se indisponível e, apesar da produção de outros vídeos, seu principal projeto é o Depoimentos para a História.

[7] Narciso Pires articulou movimentos de oposição e esteve participando de ações juntamente com diversas outras figuras entrevistadas no projeto. Seu depoimento também está disponível no Youtube.

[8] Além do marco de 50 anos do golpe civil-militar de 1964, se pensarmos no contexto de produção desse material, entre 2013 e 2014, assim como outras produções importantes no meio historiográfico acerca da militância feminina contra a ditadura como a de Carla Conradi (2015), fica evidente que, o governo de Dilma, uma presidente mulher, a primeira e única até então, eleita democraticamente para seu primeiro mandato em 2010 e que possui um passado marcante e sensível em relação à ditadura militar brasileira, colaborou para que essas reconstituições de memórias femininas - experiências políticas que foram silenciadas - fossem compartilhadas e, projetos e produções contra a ditadura fossem alavancados.

[9] Apesar de outras mulheres com participações em diretórios e centros acadêmicos, o recorte foi sobretudo daquelas que afirmaram essa participação e que acabaram por caracterizar sua participação pelo movimento estudantil.

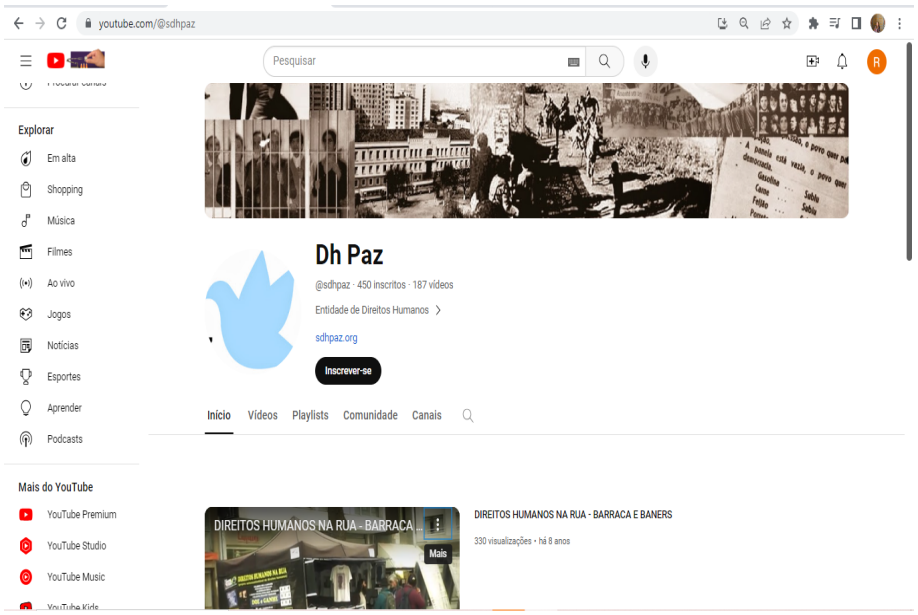
centrar-se em narrativas paranaenses, de fato, visando contribuir na construção de uma memória paranaense e estudantil que se opôs à ditadura.

Para abrir um parênteses e pensar na fonte deste trabalho enquanto produto audiovisual e por sua vez, considerado nato digital - mesmo que, seu lançamento inicial tenha sido em formato escrito, os depoimentos aqui usados serão integralmente audiovisuais - autores como Carvalho e Lucchesi trazem contribuições essenciais em suas produções. Aqui, faremos um apanhado de suas definições e conceitos para então, situar, discutir brevemente e até mesmo definir que fonte é essa.

Já na década de 1990, com as mudanças e transformações, o desenvolvimento de computadores, a internet e outros avanços tecnológicos, o computador passou a ser um auxiliar da pesquisa histórica, visando o ensino e a divulgação. O campo de estudo da História Digital não se trata apenas da digitalização das fontes, apesar de não haver um consenso sobre seu significado geral e completo. Essas transformações acabam por transformar também, aquilo que entendemos e podemos usar como fonte (ou objeto) histórico e, servem como forma de divulgação da História (entrelaçada com a História Pública) e seu papel de democratizar certos conteúdos, ampliando as possibilidades do famoso ofício do historiador. Afinal, a internet se tornou um dos fenômenos históricos mais importantes e marcantes da História da comunicação e contemporânea, permitindo formas de diálogo com a academia e a sociedade pela divulgação científica ou por métodos de pesquisa que dependem de outros públicos. Por que não, as historiadoras e historiadores usarem e abusarem desses meios virtuais em suas pesquisas? Carvalho afirma que *"antes de serem redes de computadores, redes sociais são redes formadas por pessoas"* (2016, p.184).

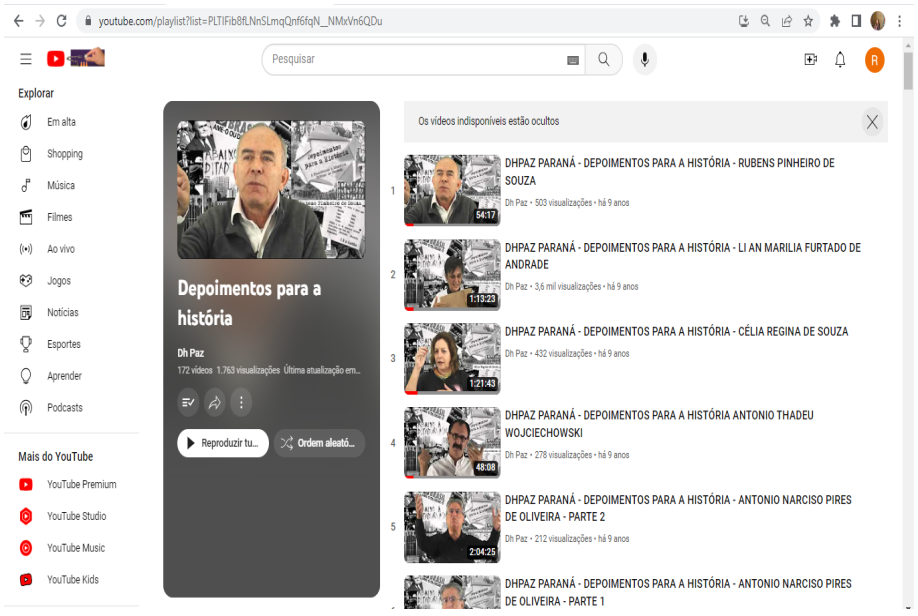
Há, então, a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação incorporando-se à operação histórica, acompanhado de um crescimento dos acervos online na internet, possibilitando novas maneiras de acesso. Os chamados documentos nato digitais, ou seja, gerados em meio digital, demonstram crescimento dentro dos objetos de pesquisa dentro da História e possibilitam maneiras de acesso para além das tradicionais. Este é o material que utilizaremos neste trabalho.

FIGURA 1- TELA INICIAL DO CANAL DHPAZ NO YOUTUBE



Fonte: DhPaz - Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@sdhpaz>

FIGURA 2- *PLAYLIST* "DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA"



Fonte: DhPaz - Youtube

Notas: Nesta *playlist* se encontram todos os depoimentos produzidos pela DhPaz, para o projeto "Depoimentos para a História", inclusive aqueles utilizados neste trabalho.

A respeito da plataforma Youtube podemos elencar dois outros pontos. Primeiro, o destaque que esse tipo de material e documentação proporciona para evidenciar uma História

Pública, seu papel na historiografia atual, bem como sua importância para uma aproximação entre academia e sociedade. E, segundo, uma abertura para a problematização da plataforma em si. Apesar de facilitar e democratizar o acesso, o Youtube, assim como toda e qualquer outra rede social, está sujeita a ser desativada, por interesses sociais, pessoais ou até mesmo políticos. Caso isso, um dia, de fato aconteça, esta e outras documentações de acervos online podem estar fadadas ao desaparecimento.

Mas, retornando ao debate, desde momentos anteriores ao golpe a participação feminina era notada, especialmente em manifestações contra João Goulart. Elas eram lideradas por mulheres, defendendo a ordem, família e religião. De fato, esse período significa um contexto de transformações de relações sociais, embates e rupturas, da entrada de mulheres da classe média no mercado de trabalho, o acesso à pílula anticoncepcional e modelos de comportamentos (DUARTE, 2011). Ainda nos anos 1970, as mulheres saíram às ruas pelo alto custo de vida, representando a classe que mais teve mudanças nas suas relações e aderindo novas perspectivas (TELES, 2014), caracterizando um grupo que marcou o movimento de resistência, em suas mais diversas manifestações.

Pouco se pensa sobre os desdobramentos do golpe civil-militar ou da ditadura como um todo no estado do Paraná. É comum refletirmos apenas sobre "grandes centros" brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, e se esquece que, em todo território nacional a ditadura cravou suas forças de legitimação, violência e repressão, seja da maneira que for, assim como as resistências possíveis atuaram em diversas áreas, formas e regiões do Brasil. Menos comum ainda - apesar do cenário parecer favorável a grandes e essenciais mudanças no rumo das produções acerca das mulheres - é compreender e de certa forma, priorizar, a figura feminina enquanto agente e protagonista no processo de construção da História. Pensando nisso, um dos principais objetivos deste trabalho é contribuir para que a voz dessas mulheres seja cada vez mais ouvida, além de construir uma base de discussão acerca do movimento estudantil enquanto forma de resistência à ditadura militar, a participação feminina nesse movimento e pensar, sobretudo, a ditadura no estado do Paraná, por narrativas paranaenses.

A partir daqui, o trabalho será dividido nos seguintes tópicos: algumas reflexões iniciais sobre a abordagem de metodologia, questão da memória e uma perspectiva da História das mulheres, apresentação breve de suas trajetórias, formas de resistências, o

movimento estudantil e as mulheres ligadas ao movimento e as possíveis articulações com outras organizações ou partidos.

1. Evocando análises e memórias

Para a presente pesquisa será necessário pensar na análise do discurso enquanto ideia de movimento, ou seja, analisar o discurso como uma forma de "percurso", que discorre, que se desloca, assim definido por Orlandi (2005). Nada mais que observar o sujeito em seu ato de falar e narrar e, dentro disso, a sua capacidade de significar e assim significar-se. Orlandi compreende a linguagem como mediação entre o ser e a sua realidade social e como esta linguagem pode produzir sentido por e para esses sujeitos. A linguagem só é linguagem pois faz sentido e, só faz sentido porque está inscrita na História (ORLANDI, 2005).

Esse discurso pode estar dotado de produção de sentido(s), este que por sua vez se relaciona com os sujeitos. Portanto e sobretudo a análise de discurso não procura estabelecer um sentido verdadeiro, mas criar significados. Analisar o discurso dessas mulheres que aceitaram prestar depoimentos sobre momentos e períodos sensíveis de suas trajetórias carrega grande espaço para discussão acerca da subjetividade, de significados atribuídos e principalmente, da memória.

> [...] agora assim, é mais fácil né, **porque já tem um distanciamento né,** não que é assim, maravilhoso ficar contando [...] **é sempre meio angustiante, principalmente as primeiras vezes** [...] e hoje em dia também, às vezes você vai contar para as pessoas mais novas, elas se surpreendem, 'nossa mas tinha isso aqui?', né, várias pessoas que eu contei não tinham nem ideia que aqui no Paraná aconteceu, que teve tortura [...] (ANA FORTES, 2013, grifo nosso)

Nos depoimentos é comum observar que as emoções surgem ao falar de alguns assuntos específicos, como quando citam outros companheiros ou companheiras de luta ou, somente de relembrar sua trajetória durante a repressão. Carla Conradi (2015) afirma que as narrativas e experiências de homens e mulheres acabam se estruturando de maneiras distintas, o que não significa que uma se sobressaia à outra, mas que a questão de gênero está entrelaçada nas relações de memória e ditadura, delineando a própria construção da memória. É por isso que muitas vezes, mulheres relembram sua trajetória a partir de vivências compartilhadas com colegas e familiares.

Além disso, quando Ana Fortes fala em um distanciamento - temporal - daquilo que viveu é necessário compreender que cada uma destas mulheres reagiram de maneiras diferentes a um episódio em comum. Podemos, inclusive, entender como uma forma de luto para analisar como enfrentam isso no tempo presente e por quanto tempo desejaram não trazer novamente para si.

Pensando numa metodologia em diálogo a análise do discurso, pensamos numa análise acerca da memória. A memória tem como função, segundo Michael Pollak (1989), definir e reforçar o sentimento de pertencimento, demarcando um lugar na sociedade. Já quando falamos em memória coletiva isso se caracteriza dentro deste sentimento de pertencimento, mas, ancorado naquilo que um determinado grupo possui em comum. Somado a isso, deve-se considerar que, ao evocar essas lembranças de um passado muitas vezes traumático e doloroso, os sentimentos e emoções aparecem e tomam conta, mesmo que não de forma hegemônica em todos os depoimentos aqui analisados. Sobretudo, analisar as pequenas pausas e breves suspiros em suas falas possui significado. O silêncio possui significado e motivos complexos.

> [...] chegou a notícia que o China[10] foi preso e alguém tinha que entrar como aluno da turma pra dar esse comunicado, pros alunos, professores, etc e já era tempo de bastante repressão [...] eu sei que me tiraram do anfiteatro e alguém me pediu que eu desse essa notícia [...] **me lembro que era uma aula de sociologia [...] professora era assim [...] meio neutra, digamos [...] não quero nem comentar [...]** ai eu disse 'mas eu não falo em público'. Eu sei que a pessoa que me trouxe essa notícia foi bem enfática e incisiva dizendo 'O China está preso [...] possivelmente está sendo torturado e você fica com essa frescura [...] esse medo de falar em público'**[...] aí me toquei [...] a situação grave era dele nao era minha né [...]** (LUCASKI, 2014, grifo nosso)

> [...] eu me lembro uma vez, Teresa Urban[11] [...] Teresa Urban praticamente morava na minha casa [...] **agora a Teresa é um parênteses e eu [...] não consigo [...] eu não consigo falar em Teresa sem me emocionar [...] eu não consigo, olha [...] várias pessoas importantes mas Teresa pra mim foi [...] a pessoa mais importante que eu conheci na minha vida [...]** eu sofri muito o dia que eu tive a notícia [...] **me avisaram [...] 'olha a Teresa morreu' [...]** Você conheceu bem ela né? (OLIVEIRA, 2014, grifo nosso)

[10] Isamu Ito, o "China" mencionado por Lucaski também foi um participante ativo do movimento estudantil.

[11] Teresa Urban faleceu aos 67 anos, em 2013. Foi uma das combatentes da ditadura militar, integrada à organização Política Operária, jornalista atuante em diversos jornais do país, em movimentos ambientais e foi compromissada nos debates de oposição à ditadura militar.

Nos trechos acima aparecem dois casos em que podemos analisar as pausas e os silêncios. Dentro do relato de Lídia Lucaski observamos dois momentos. Um primeiro onde, ao citar uma professora, prefere não comentar sobre sua posição política no contexto ditatorial, a classificando como "meio neutra" (LUCASKI, 2014), o que pode significar que adotou um posicionamento até mesmo favorável à ditadura. O segundo é sua fala emocionada sobre a prisão de um colega de movimento, o China, e como precisou enfrentar sua insegurança de falar em público para enviar a notícia para outras turmas. Já no depoimento de Edezina de Oliveira, para além das pausas, percebemos sua emoção nas palavras ao falar de uma ex-companheira, Teresa Urban. Edezina se emociona afirmando que ela teria sido "a pessoa mais importante que eu conheci na minha vida" (OLIVEIRA, 2014). Portanto, nestes dois relatos, estas pausas durante suas narrativas - e que aqui estão marcadas por "[...]" - são respiros de sensações e lembranças sensíveis que surgem, juntamente com o desejo de tornar o silêncio uma escolha.

Contextos históricos marcados por grande violência política como é o caso da ditadura militar no Brasil, requerem complexas operações de reconstituição de memória, pois envolvem além da lembrança, também o esquecimento - "propositall" ou não (NAPOLITANO, 2015). Halbwachs (2012) enfatiza que não existe uma memória puramente individual. Mesmo a mais pessoal das memórias está ancorada em um contexto histórico e social, por isso enfatiza-se aqui o caráter coletivo dessas memórias de resistência, mas que, de toda forma, o lembrar, a ordem dos acontecimentos e como falamos deles, os marcos são individuais. Ou seja, uma memória coletiva ainda está interligada a diversas memórias particulares, por sua vez[12]. E, cada mulher adota uma forma particular de narrar (CONRADI, 2015).

1.1 Pensando numa História das Mulheres…

A emergência de uma outra História e do "objeto mulher" surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos e Grã Bretanha e na década seguinte na França, de forma a contribuir com uma História singular - e coletiva ao mesmo tempo - Perrot (2007), pensando numa

[12] Sobre isto, Pierre Nora (1993) reforça que, a memória reforça a nossa identidade, mas de maneira individual, somente o indivíduo na sua relação com o passado para a construção de sentidos.

perspectiva da História das mulheres afirma que por muito tempo essa História não existiu elaborada num conjunto e que abrangia um longo período, é com a mudança - ou as mudanças, melhor dizendo - da historiografia que um novo olhar é lançado e assim, novos objetos considerados.

O desenvolvimento de uma História das mulheres acompanhou o movimento dessas mulheres pela emancipação e libertação, saindo do papel da invisibilidade e adentrando papeis antes não pensados para elas, como a política, espaço dominado e repleto de poder masculino. De certa forma, o silêncio das fontes contribuiu para esse caráter "invisível" de suas histórias. Aqui, o propósito é exatamente romper esse silêncio e trazer essa perspectiva para análise.

1.2 Quem são e por onde andam elas? Quem são essas estudantes que militaram?

Mulheres, paranaenses e muitas vezes políticas, não pelo seu caráter partidário, mas por pertencerem a um movimento político em sua essência. Quem são as mulheres que aceitaram falar e relembrar sua trajetória como participantes na resistência à ditadura militar no Brasil e no Paraná? Em sua maioria, mães, estudantes em formação, integradas ao movimento estudantil, atuantes em suas profissões, esposas, filhas e irmãs. Mulheres que escolheram – de maneira ou outra – um caminho político para trilhar e lutar no combate à repressão e à censura. O intuito é abrir espaços a esses nomes e colocar em palavras, mais uma vez, suas experiências vividas durante os anos 1960, 70 e 80 no Paraná, período da ditadura militar brasileira, de forma a analisar como colocaram significado neste processo e aderiram à luta e quais foram seus desdobramentos a partir disso.

Desta forma, ao vê-las e ouvi-las, compreendemos vários pontos de articulação em seus discursos mas também distinções em suas trajetórias. De toda maneira, essas características as colocam em um mesmo fenômeno político e assim buscamos analisar: quem são estas mulheres, o que fizeram e como o fizeram, seus objetivos dentro do movimento, seus ideais de luta, suas inspirações dentro da ditadura que perseguia e torturava. Além disso, é essencial concebê-las enquanto mulheres comuns que fazem e constroem o dia a dia dos acontecimentos históricos e que, por muitas vezes acabam por passar de maneira despercebida pela sociedade, para que se possa olhar para a História - esta que é constituída por homens e mulheres - e seus acontecimentos pela perspectiva de outro sujeito senão somente o homem.

Trago, então, essas sete mulheres, que andaram, que fizeram parte de grupos, e de instituições, que colaboraram de forma ou outra em combater e resistir a um regime ditatorial, mas acima de tudo, para que pudessem continuar a trilhar caminhos e fazer escolhas e, se tornassem parte da História contra a ditadura militar no Paraná e no Brasil e de uma História das mulheres, construída com elas, para e por elas.

Célia Regina de Souza participou do grupo de teatro da ULES, onde atuou também como membro da diretoria nos anos 70 e foi parte constituinte do Jornal Poeira[13]. Cursou economia e pedagogia, foi militante do PCdoB e esteve presente nos primórdios do PT. Trabalhou no Jornal Movimento em São Paulo e mesmo depois da ditadura continuou participando de movimentos sociais e no campo político.

FIGURA 3- DEPOIMENTO CÉLIA REGINA DE SOUZA

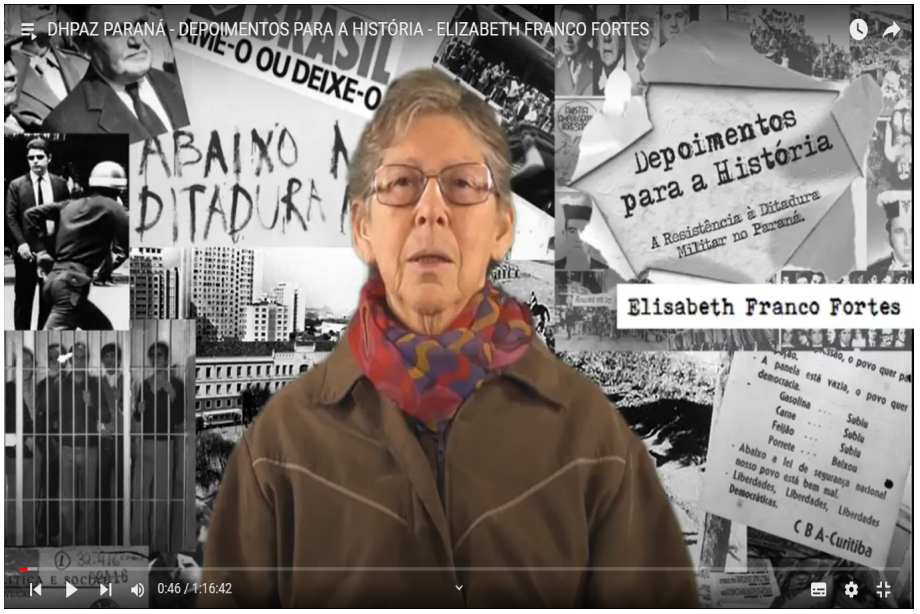


Fonte: DhPaz - Youtube

[13] Jornal de divulgação da atual Universidade Estadual de Londrina (PR) dos movimentos sociais de mobilização e atuação política da Universidade, entre os anos de 1974 e 1978. Esse movimento estudantil da UEL atuou de forma hegemônica até a cassação do Poeira, em 1978.

Elizabeth Franco Fortes, participou ativamente do movimento estudantil e primeiramente foi presa por participar do Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna e posteriormente na Chácara do Alemão. Atuou como jornalista no “Estado do Paraná”.

FIGURA 4- DEPOIMENTO ELIZABETH FRANCO FORTES



Fonte: DhPaz - Youtube

Já Ana Beatriz Fortes, não teve atuação direta com partidos como as anteriores, foi presa pelos agentes do DOPS em Curitiba e levada para interrogatórios em Foz do Iguaçu, onde foi intensamente torturada e depois devolvida aos pais, tendo como justificativa um “engano”. Até então sua acusação é desconhecida. Participava de algumas reuniões de estudantes, mas não era militante ativa, ao contrário de sua irmã, Elizabeth Fortes.

FIGURA 5- DEPOIMENTO ANA BEATRIZ FORTES



Fonte: DhPaz - Youtube

Lídia Lucaski, participou do Diretório Central dos Estudantes e prestou diversos depoimentos ao DOPS[14], sua ligação com a Igreja Católica fez com que lutasse pelos direitos humanos, aderindo a essa demanda mesmo se desligando de um colégio católico quando era jovem.

FIGURA 6- DEPOIMENTO LÍDIA LUCASKI

[14] O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado na década de 1920, antes mesmo do golpe civil-militar. Seu principal objetivo era combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. Teve, portanto, essencial atuação durante os anos da ditadura.



Fonte: DhPaz - Youtube

Edezina de Lima Oliveira, professora de história pela antiga Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), teve aproximações com o movimento estudantil, Ação Popular e a POLOP. Edezina serviu como rede de apoio aos militantes perseguidos pela ditadura militar e diferentemente daquelas que possuíam a Igreja como "ideal", rompeu com a instituição Católica aderindo ao marxismo.

FIGURA 7- DEPOIMENTOS EDEZINA DE LIMA OLIVEIRA



Fonte: DhPaz - Youtube

Valéria Bassetti Prochmann, integrou o movimento estudantil ainda em grêmios escolares e o primeiro contato "político" foi na infância e através de sua família, com a AP. Sua atuação iniciou quando se tornou representante dos estudantes na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), chegando à presidência da União Paranaense dos Estudantes (UPE), em 1986. Enquanto algumas seguem suas tradições familiares através da religião, outras ingressam em movimentos políticos de organizações considerando que seus próximos também o faziam.

FIGURA 8- DEPOIMENTO VALÉRIA PROCHMANN



Fonte: DhPaz - Youtube

Tosca Zamboni, participou da retomada do DCE e da militância universitária, visando a democratização desse ambiente, assumiu a presidência do DCE participando também da greve estudantil em 1981. Atuou no movimento feminista, CBA- Curitiba e no PcdoB e em 2007 se tornou presidente do Conselho Municipal de Proteção dos Animais (Comupa), em Curitiba.

FIGURA 9- DEPOIMENTO TOSCA ZAMBONI



Fonte: DhPaz - Youtube

Com o intuito de mapear e facilitar a percepção, abaixo encontra-se um quadro organizado com algumas informações pessoais e sintetizadas dessas sete mulheres. O quadro é essencial para entendermos suas trajetórias com alguns dados mais quantitativos e foi organizado pensando nos seguintes tópicos, respectivamente: nome, idade (no momento do depoimento, ou seja, ano de 2013 ou 2014), profissão ou curso e instituição[15], cidade de origem e quais movimentos ou partidos que participou e integrou pensando além do movimento estudantil e mesmo após a redemocratização.

QUADRO 1- DADOS INFORMATIVOS

Nome	**Idade**	**Curso/profissão e instituição**	**Cidade de origem**	**Outros movimentos, organizações ou partidos**
Ana Beatriz Fortes	62	comerciante	Santo Antônio da Platina	-

[15] Sobre os cursos e instituições vale lembrar que constam na tabela apenas aqueles dados informados nos depoimentos e que outros cursos podem ter sido realizados após a ditadura e não foram mencionados no contexto do relato, nem algumas instituições de ensino.

QUADRO 1- DADOS INFORMATIVOS

(continuação)

Nome	**Idade**	**Curso/profissão e instituição**	**Cidade**	**Outros movimentos, organizações ou partidos**
Célia Regina de Souza	60	economia- FUEL e pedagogia (instituição não informada)	Londrina	PCdoB e PT
Edezina de Lima Oliveira	71	professora de História- FUEL	Tamarana	PCB, Ação Popular e POLOP
Elizabeth Franco Fortes	69	jornalista- PUC-Curitiba	Quatiguá	-
Lídia Lucaski	69	Filosofia- UFPR e ambientalista	Araucária	-
Tosca Zamboni	54	bióloga- UFPR	Londrina	movimento feminista, CBA-Curitiba e PCdoB
Valéria Prochmann	49	jornalista- UFPR	Curitiba	movimento Diretas Já e feminista

Fonte: A autora

Notas: Quando "-" a presença em outros movimentos além do estudantil não foi citada nos depoimentos.

2. Resistência(s) e oposições

Ao observar a história dessas mulheres é possível perceber várias questões. Primeiro, além dessa presença marcada fortemente pelo movimento estudantil como forma de resistir à ditadura militar, ainda existiram outros movimentos de atuação, como a Ação Popular, os partidos MDB, PCB, PT e PCdoB, a POLOP, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Movimento pela Anistia e Diretas Já, assim como movimentos feministas e culturais.

O campo político, por sua vez, é uma herança e influência familiar na maior parte das histórias. Aquelas que participaram ativamente - e este é outro ponto a ser ressaltado, a resistência não é ativa/participativa da mesma forma em todos os relatos aqui trazidos - da política como um todo, movimentos sociais e da resistência indicam uma primeira aproximação com esse mundo desde o ambiente familiar e "caseiro", servindo até mesmo

como uma forma de inspiração para seguir trilhando, também, caminhos políticos ou promovendo discordâncias que motivam caminhar para outros rumos. Além disso, suas trajetórias políticas por vezes continuaram mesmo após a redemocratização e até momentos mais atuais, engajadas com partidos ligados à esquerda como o PT e PCdoB, com órgãos ligados a proteção aos animais, com movimentos feministas e sindicais ou como participantes ativas na militância política seja ela qual for. Por outro lado, há casos em que a política não foi contínua após o período de redemocratização tampouco houve participação em outros movimentos além do estudantil.

Já suas formações são variadas. O movimento de resistência não concentrou-se somente em uma determinada área de atuação. Formações distintas das Ciências Humanas estão conjuntamente presentes dentro da militância do movimento estudantil que lutou durante toda a vigência do golpe de 1964, o que significa que dentro dos cursos como economia, ciências biológicas e ambientais também havia grande efervescência de debate sobre o que acontecia no momento entre 1964-1985 e quais seus reflexos na sociedade, ou seja, reflexões políticas e sociais. Esse engajamento, mesmo que em menor número, de cursos de várias ciências parece mostrar um ambiente estudantil que se importava com o país e a situação da repressão e, mesmo com discussões teóricas divergentes de formações como a História, Filosofia, Pedagogia e Jornalismo, por exemplo, conseguiram adentrar no movimento visando seus objetivos contra a ditadura militar.

Além disso, essas mulheres são pertencentes a uma geração muito próxima, apesar de algumas oscilações em suas idades (entre 49 a 71 anos), esses dados mostram também as possíveis diferenças nos depoimentos justamente pela faixa etária. Aquelas que já eram jovens antes mesmo do golpe de 1964 possuem uma participação diferente das que nasceram já na ditadura. Enquanto algumas fazem parte da oposição nos primeiros anos do autoritarismo militar, outras engajam mais nos movimentos pela redemocratização, Diretas Já e pela Anistia.

Outro ponto importante a destacar é que apesar da proporção do estado paranaense, o foco de grande parte desses movimentos de oposição e de presença das entrevistadas a partir desses depoimentos é centrado em algumas cidades específicas, como já mencionado, o que acaba por justificar a conexão e participação conjunta em algumas atividades políticas mesmo que nem todas tenham tido suas trajetórias analisadas aqui.

Todavia, não se pode reunir todos estes depoimentos e os definir como algo geral e intrinsecamente concreto em sua natureza apesar de tratarem de um tema em comum. Existem muitas especificidades e variáveis, apesar de pontos coincidentes que só podem ser delineados compreendendo, analisando e percebendo cada relato por si só. E, cada mulher por si só. Afinal, não há "mulher" mas "mulheres" e a pauta de uma não corresponde a uma pauta universal de todas as outras, portanto, o ser mulher não as iguala. É preciso destacar vivências comuns, trabalhos, lutas, sobrevivências e resistências dessas mulheres (PEDRO, 2005), assim buscando o caráter subjetivo presente em suas falas, analisando isso através de suas trajetórias: o que permeava a vivência dessas mulheres enquanto participavam dos movimentos sociais, como isso pode ter significado em sua militância e, quais conclusões podemos tirar a partir disso. De toda maneira, é importante ressaltar que cada relato possui em sua essência essa especificidade subjetiva e, não se concilia com mera generalização das experiências vividas e narradas.

Segundo Barbosa (1997), o ato de narrar como um ato linguístico e enquanto um processo de atribuição de significados, se constitui como parte integrante da experiência humana, ou seja, o que se compreende a partir destes relatos se trata de uma interpretação que essas mulheres realizaram, uma vez que *"O cotidiano emerge como espaço social prenhe de historicidade, uma vez que é nessa dimensão do viver que se cruzam vários eixos temporais, referidos à experiências concretas dos indivíduos e à percepção que têm delas."* (BARBOSA, 1997). Portanto, um mesmo período ou um mesmo movimento pode contar com diversas experiências e interpretações uma vez que se pode estabelecer diálogos possíveis com o passado e suas vivências, fugindo de uma ideia já cristalizada daquilo que aconteceu e, principalmente, levando em consideração valores vividos pelos sujeitos (BARBOSA, 1997).

Dentro do movimento estudantil essas mulheres se firmaram em uma base um tanto quanto sólida para integrar e legitimar suas ações de militância, além de carregarem seus valores e interpretações daquilo que viveram e sentiram, afinal, cada mulher vive, lembra e relata de maneiras distintas. Dito isto, vale aprofundar no ponto escolhido para este trabalho: o movimento estudantil como forma de resistência dessas mulheres.

3. As mulheres na oposição e o movimento estudantil

3.1 O movimento estudantil no Brasil

Desde o início da ditadura militar com o golpe em 1964, fica evidente o incômodo da classe militar com organizações de oposição, principalmente a entidade do movimento estudantil, tendo como máxima a UNE. A União Nacional dos Estudantes, fundada em meados da década de 1930, esteve presente em diversos movimentos sociais, manifestações políticas e reivindicações pela melhoria do ambiente universitário desde então. Portanto, uma das primeiras ações da ditadura foi acabar com a sede da UNE, no Rio de Janeiro e retirar "legalmente" a representatividade da entidade com a Lei Suplicy de Lacerda, que determinaria, então, a proibição de associações estudantis a engajar na luta política (SKIDMORE, 2004).

A ilegalidade foi o caminho. Estudantes foram perseguidos, presos e torturados de forma corriqueira e, somente conforme a ditadura ia perdendo aos poucos suas forças, os estudantes conseguiam um pequeno feixe de respiro, e progressivamente o restabelecimento da União. Atualmente, a UNE representa cerca de seis milhões de universitários de todos os estados do Brasil[16]. Mesmo com seu estado de ilegalidade, o movimento estudantil foi um dos principais protagonistas da luta em combate a ditadura militar e sua repressão e, outros setores da sociedade, além dos estudantes, passaram a integrar o movimento. Segundo Teles (1993) a grandeza do movimento estudantil foi tanta que, por muitas vezes, era o único que saía às ruas e ainda assim, sofreu dura repressão.

Além da UNE, nos anos seguintes de sua fundação, foram criadas as Uniões Estaduais dos Estudantes, que coordenam os movimentos em cada estado brasilieiro (ARNS, 1985). Ainda no contexto pós 64, a mobilização estudantil ganhou mais força nas ruas, colocando este setor como um dos focos principais das agências de informações e segurança nacional, pois havia uma tendência de adoção de uma postura "politizada" por parte dos estudantes a partir dos anos 1960, não somente no Brasil, por conta da ditadura, mas em diversos outros países (MOTTA, 2014).

---

[16] Site oficial da UNE disponível em <https://www.une.org.br/>

Em 1969, mesmo após o AI-5[17], uma das medidas mais severas de toda a ditadura, os estudantes encararam outra ameaça, o Decreto nº 477, concebido para desmantelar o movimento estudantil e criar uma espécie de legislação específica para os estudantes. Segundo Motta, esse decreto foi um dos instrumentos mais repressivos produzidos pela ditadura militar, gerando críticas até mesmo por seus apoiadores. As infrações seriam amplas e as punições entre alunos e professores eram variadas, desde expulsões até proibições de frequentar ambientes universitários. Outras entidades regionais, como diretórios e centros acadêmicos, também sofreram ataques, prisões de lideranças e intervenções em seu meio. O objetivo era desmobilizar as massas de estudantes que o movimento criara. Além do 477, outros instrumentos também foram usados e o sentimento de incerteza e insegurança crescia pois, "os jovens não sabiam com certeza o que estava proibido" (MOTTA, 2014).

O que se compreende, desta forma, é que a massa de estudantes sempre esteve à frente de lutas políticas e sociais, não só pela sua classe, mas por questões presentes em todo o país, portanto, não é difícil encontrar parte do movimento de oposição e resistência como um todo, engajado e articulado com os ideais estudantis no Brasil. Segundo Mesquita (2001), o movimento estudantil foi se constituindo como um dos principais atores sociais do momento, formador de uma identidade estudantil mais forte e que fazia parte do dia a dia desses jovens, sendo catalisador dos interesses estudantis e agente de socialização política.

3.2 Entre narrativas e trajetórias

Nos relatos utilizados neste trabalho, o movimento estudantil muitas vezes é citado como a principal referência de luta e resistência das mulheres não somente pela sua participação em um curso superior, mas pelo significado e grandeza que esse movimento possuía no contexto da ditadura militar. Podemos relacionar a isso, uma crescente inserção das mulheres no ensino superior a partir da década de 60, e uma consequente inserção no movimento[18]. A luta feminina caracteriza-se não só pela redemocratização do país mas

[17] Este ato foi considerado um dos mais severos da ditadura militar no Brasil uma vez que, proibiu o direito a habeas corpus para crimes considerados políticos, fechou o Congresso, sistematizou a perseguição aos opositores, cassou mandatos, institui censura a produções artísticas e de imprensa, aumentava o poder do militar no posto de "presidente", entre outros.

[18] Apesar do nosso objetivo não ser a análise dos dados quantitativos e estatísticos e dos números não parecerem tão favoráveis, vale ressaltar que, no Brasil, entre 1940 e 1960, as mulheres representavam cerca de 18% e 25% dos estudantes universitários. Já nas décadas de 1970 e 1980 esse número aumentou para cerca de 42% e 49%,

também pela emancipação feminina, afinal, é dentro do ambiente acadêmico onde se estabelece maior contato com questões e teorias políticas, econômicas e culturais. Além disso, é através da universidade que as mulheres passaram a identificar-se com determinadas lutas e bandeiras sociais, rompendo com o padrão feminino casamento-maternidade e concretizando suas convicções políticas (BORGES; FIUZA, 2020).

Com essa entrada massiva de mulheres nos ambientes universitários, o movimento estudantil começou a contar com um maior número de figuras femininas. Para além de outros fatores, isso se deu como uma das consequências do feminismo[19] que apesar de ter sua articulação 1975 no Brasil (WOLFF; NUNES, 2012), foi um dos colaboradores para que questões feministas ou de um feminismo chamado de "segunda onda" surgissem neste momento no Brasil, fazendo por conseguinte, que questões acerca do próprio movimento feminista fossem cada vez mais articuladas com outros movimentos e organizações. Segundo Wolff (2010), a grande maioria das mulheres ativistas tiveram acesso aos movimentos através do movimento estudantil, ponto reafirmado neste trabalho.

Mesmo com a repressão ainda nos anos 1970, os movimentos de mulheres acabaram tomando forma e avançando na resistência. Porém, ainda dentro de um movimento social, tiveram que enfrentar uma organização masculinizada, um espaço que por diversas vezes não discutia a condição da mulher, contribuindo para a repressão e inferiorização da figura feminina, reforçando seus estereótipos. Essa mulher militante se desviava no ideal feminino que lhe foi imposto e mesmo dentro do movimento estudantil teve de superar barreiras (BORGES; FIUZA, 2020). Parafraseando Colling (2004), falar de mulheres não se trata apenas de reconhecer sua participação mas também reconhecer o processo histórico de exclusão delas. Apesar de pouco relatarem em seus depoimentos essa exclusão, percebemos que poucas ocuparam posições de liderança dentro do movimento estudantil[20].

---

respectivamente. De toda maneira houve, de fato e aos poucos, devido a diversos fatores sociais, uma crescente inserção de mulheres no ambiente universitário. (RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, 2023)

[19] Aqui o feminismo é pensado de acordo com conceituações de Perrot, enquanto sentido amplo de um movimento de luta pela igualdade dos sexos e seus direitos. Esse movimento favoreceu e deu forma para que as mulheres fossem constituídas como atrizes da cena pública, colocando-se como agente de igualdade, liberdade e por consequência, de democracia.

[20] Vale ressaltar que os depoimentos seguiram uma espécie de entrevista a qual não tinha por objetivo centrar-se apenas nas questões de gênero, mas, falar das trajetórias desses militantes durante a ditadura militar. Isso pode "justificar" algumas questões não comentadas nos relatos ou significar somente uma decisão de não relatar.

Para Michelle Perrot (2017), essa questão de poder está no centro de relações entre homens e mulheres, em que há a determinação de "papeis" (PERROT, 2017) para os sexos e a política se constitui como um assunto que não é feito para mulheres, causando um silenciamento dessa história e um consequente mutismo nas esferas políticas. É por isso que rompemos esse silenciamento quando falamos, principalmente, de mulheres no campo político e outros espaços que talvez não tinham sido pensados para elas.

> As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2017, p.193)

Célia Regina de Souza, em seu tempo histórico possuiu ações que demonstraram a citação acima. Em seu depoimento[21], relembra que a bandeira levantada pelos estudantes era contra a Guerra do Vietnã, mostrando o caráter social do movimento preocupado não somente com o nosso contexto, mas visando no âmbito internacional, fazendo com que o movimento possa se relacionar e se expandir. Além disso, segundo Célia, uma das grandes pautas do movimento estudantil era aproximar o debate com os estudantes sobre o ensino pago e a federalização universitária. Essa luta pela universidade ganhou apoio dos estudantes e de parte da população que via esse ambiente como forma de ascensão social (MESQUITA, 2001).

Célia também descreveu sua participação ativa como estudante e integrante da ULES, em Londrina (PR), onde atuou na diretoria, em mostras teatrais e círculos de debates e palestras, permitindo expandir suas vivências e discussões políticas e sociais. Viveu sua juventude durante a ditadura e relembra o interesse por parte dos jovens com o que acontecia dentro e fora do Brasil.

> [...] ao mesmo tempo [...] também fui participar do teatro lá na ULES e participei com vários grupos [...] **nossas peças falavam muito sobre liberdade**, sobre a questão da escravidão [...] ao falar da escravidão a gente

[21] Registro em vídeo deste e demais depoimentos em <https://www.youtube.com/@sdhpaz> na pasta denominada *Depoimentos para a História: A resistência à ditadura militar*.

> remetia a um país que queria que você fosse servil. Então, é, foi muito rica essa experiência, só que daí, quando chega nos anos 70, uma porção, várias pessoas que estavam ao redor [...] de repente nós vimos as pessoas sumindo, sendo presas né [...] aí foi uma coisa muito assustadora. (SOUZA, 2014, grifo nosso)

Para além da expansão do movimento estudantil para questões emergentes fora do Brasil, o depoimento de Célia parece frisar um caráter integralmente social do movimento, participando, organizando e apresentando palestras e peças de teatro para, através da arte, manifestar-se contra a ditadura.

Reforçamos aqui, então, a característica que o movimento estudantil ganhou, como uma espécie de porta de entrada para a militância de muitos jovens secundaristas ou acadêmicos, como uma primeira experiência política, cultural e social, na qual debates eram realizados, o contexto político era refletido, movimentações culturais - como o teatro - se relacionavam ao movimento e novas percepções acerca do período em que viviam, se formavam. Mostra, portanto, o caráter de reflexão que o ambiente da universidade proporciona. A transição do eixo político durante as trajetórias que saem do campo familiar para o campo acadêmico/estudantil é característico, ou seja, suas aspirações na política não condizem mais - somente - a influências de seus pais que poderiam ser do meio político, mas, se desenvolvem ainda mais com as assembleias, debates, estudos, leituras, convívios, congressos e outras atividades elaboradas pelo e dentro do movimento estudantil.

Elizabeth Franco Fortes, recém chegada em Curitiba no ano do golpe, relembra as mudanças radicais que o país enfrentava e caracterizou o ambiente universitário como um espaço de ebulição, com muitas discussões teóricas e debates sobre o que acontecia no mundo. No curso de jornalismo e como participante do Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná diz que na medida que a ditadura se intensificava, o movimento estudantil se engajava ainda mais para combatê-la.

> [...] em 66 na Católica, 67 e 68 já na federal, transferida para a Federal, e daí sim, eu começo a participar efetivamente do movimento estudantil, faço parte do diretório acadêmico Rocha Pombo do Paraná [...] temos contato com o pessoal da UNE [...] **aí começa o movimento estudantil cada vez mais intenso [...] e nós vamos vendo que ao mesmo tempo que a coisa piora, nós temos obrigação também de alguma maneira de levantar uma bandeira contra isso [...] não posso calar minha boca vendo isso acontecer** [...] (FORTES, 2013, grifo nosso)

> [...] em outubro de 68, com o ato institucional número 5 [...] **toda resistência é válida** [...] daí vamos pra Ibiúna, pra eleição do representante da UNE , ainda que ela tá na ilegalidade, nós não concordamos com isso, não vamos abaixar a cabeça [...] onde acabamos sendo presos, daqui do Paraná tinha aproximadamente umas 20 pessoas [...] depois de uma semana [...] nós do Paraná [...] nos botam dentro de um ônibus e nos trazem pra cá e nos deixam em frente a União Paranaense dos Estudantes [...] o que aconteceria com nós depois dali? [...] como essa reunião em Ibiúna acabou não acontecendo [...] nós decidimos fazer uma reunião no Paraná, que seria então na Chácara do Alemão [...] (FORTES, 2013, grifo nosso)

Ao final de 1968, iniciou-se uma maior movimentação em combate à ditadura, e foi nessa época em que Elizabeth foi presa, logo após o decreto do Ato Institucional número 5, na Chácara do Alemão localizada no bairro Boqueirão, em Curitiba, considerado um local que representou a força do movimento estudantil, mesmo que na clandestinidade. Era neste local que os estudantes se reuniam com o objetivo de realizar discussões que não foram acabadas em Ibiúna, outro congresso ocorrido anteriormente. Cerca de 45 estudantes foram presos, no Presídio do Ahú - local onde ficavam alguns presos políticos. Neste momento, Elizabeth relata que, de alguma forma, a polícia sabia, de fato, que esse encontro aconteceria e reafirma em seu depoimento a arbitrariedade da ditadura militar em todas as suas ações, que não previa mudanças estruturais e que, prendia, punia e matava quem ousasse pensar diferente do "modelo" imposto.

> [...] desses 40, 45 levados, eles selecionam 15, por que 15? [...] da onde isso? [...] **o crime é estar fazendo [...] tentando, fazer com que a UNE exista, que nossa representação seja válida [...] qual é o critério nisso?** [...] desses 15, 13 são homens e duas são mulheres, eu e a Judite[22] [...] é claro que a prisão em qualquer circunstância ela é terrível, e nessa circunstância, quando teu crime é ser estudante, você tá cometendo um crime terrível, ser estudante [...] você tem lucidez e você pensa [...] **então quando teu crime é pensar é muito mais assustador ainda** [...] (FORTES, 2013, grifo nosso)

Com o devido endurecimento do aparato repressivo, no início de 1969, o movimento estudantil perdeu um tanto de seus militantes para outros movimentos sociais, para a clandestinidade, para as prisões e perseguições e, infelizmente, para a morte. Considerando que, desde o início da ditadura militar diversos movimentos e partidos políticos tiveram de

[22] Judite Barboza Trindade também foi participante do movimento estudantil e esteve junto a Elizabeth na reunião da Chácara do Alemão em Curitiba e na prisão. Tem seu depoimento disponível para acesso no link <https://www.youtube.com/@sdhpaz>

agir de forma clandestina[23] é comum encontrar nos relatos trechos dessas mulheres falando sobre a situação da clandestinidade, mesmo sem tanto aprofundamento. Devemos considerar o contexto ditatorial como suscetível para escolha deste caminho clandestino, semelhante ao ocorrido com a UNE.

Sua participação no movimento estudantil, ainda, fez com que se mudasse da UFPR para a Universidade Católica, novamente, pois seria reprovada em seu curso, em todos os próximos anos, por ter seu nome dentro do movimento. Ou seja, não havia "interesse" em ter Elizabeth formada pela Federal do Paraná. Mais um item para o caráter arbitrário da ditadura militar. O movimento estudantil acabou por se tornar o canal de expressão da juventude estudante e o ambiente da universidade como um dos únicos meios de resistência, de criação do pensamento e postura crítica para com a ditadura, de difusão e produção cultural (MESQUITA, 2001).

3.3 Resistências cruzadas: articulações entre o movimento estudantil, organizações e partidos políticos

Articulado muitas vezes com o movimento estudantil, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) foi uma organização política de ideal marxista que surgiu em 1964, no meio universitário em Niterói (RJ) participando da luta armada contra a ditadura militar. Foi uma organização também adotada por algumas mulheres como Tosca Zamboni que viveu a ditadura ainda como estudante, através da entrada na universidade em 1979. Nesse contexto, passa a perceber os problemas em torno da universidade, as discussões feministas, a participação no MDB, o movimento estudantil e como presidente do DCE da UFPR, período em que relata certo desmerecimento e ridicularização de sua posição como mulher e militante. Tosca aderiu à militância e ao estudo pela questão ambiental, ideal que permaneceu em sua trajetória até o contexto de seu depoimento.

Dentro do diretório estadual estaria representando essa classe em todas as outras organizações contra a ditadura, com mobilizações e greves pelo Restaurante Universitário (RU), sua qualidade e custo. Foi através do movimento estudantil que Zamboni aderiu ao PCdoB, clandestinamente. *[...] a memória da gente tá muito fragmentada né porque são*

[23] O Ato Institucional número 2 foi o responsável por extinguir os partidos políticos e, entre outras determinações, considerou como partido de oposição apenas o MDB.

muitos anos, e [...] as trajetórias da gente [...] trilham caminhos, os mais diferentes, os do passado [...] (ZAMBONI, 2014).

> [...] então na verdade eu comecei daí, fui pra essa reunião, é, sem entender muita coisa porque na verdade assim, eu era muito crua [...] por outro lado eu também não tinha conhecimento específico né, do que era a luta estudantil, do que era a universidade [...] muitos meninos né, pouquíssimas meninas [...] **acabei por ser seduzida, né, pelo movimento estudantil e comecei minha militância de fato dentro da universidade nesse momento** [...] (ZAMBONI, 2014, grifo nosso)

Neste trecho do depoimento de Tosca Zamboni, sua própria fala reafirma aquilo que já dissemos anteriormente. Em muitos casos a militância iniciou-se na juventude através do ingresso nas universidades paranaenses e também pelo movimento estudantil mesmo quando pouco se conhecia sobre movimentos sociais em efervescência na época.

O movimento estudantil junto ao MR8[24] e outras organizações como a AP, MDB (como núcleo que integrou a esquerda brasileira da época), o PCdoB e a ALN foram responsáveis por muitas ações de protesto contra a ditadura. O MR8 apresentava-se como uma proposta de organização de esquerda revolucionária em torno da alternativa proletária e orientava para o movimento estudantil que se constituisse como força auxiliar deste movimento operário para acumular forças contra a ditadura militar (SANTOS, 2011). E, Tosca, mesmo dentro do PCdoB exercia no partido atividades referentes ao próprio movimento estudantil, dentro dos centros acadêmicos.

Com isso, percebemos que o movimento estudantil não só funcionou como essa "porta de entrada" para a resistência, mas também, serviu como primeiro passo a ser tomado para então integrar outras organizações e partidos. Além disso, no trecho colocado abaixo reafirma-se que constatações do tempo presente e impressões futuras projetadas em suas trajetórias fazem parte de seus depoimentos, bem como, constatações realizadas individualmente após a ditadura.

---

[24] Com as divergências no chamado "partidão" , quebras dentro da esquerda foram feitas. A ALN que já tinha aglomerado alguns militantes de outras organizações receberia então o nome de MR8 e a partir disso passaram a realizar muitas ações armadas entre 1969 e 1973, inclusive, com a participação de estudantes. Uma dessas ações foi o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, com o objetivo de negociar a soltura de alguns presos políticos, principalmente líderes estudantis que foram presos em Ibiúna (Santos, 2009).

> pesa [...] pesa porque, é, o movimento era incipiente né [...] não tava muito pautada a questão feminista e a participação da mulher nas diferentes esferas, e, a gente era vista com preconceito mesmo né e pra se **impor enquanto liderança** […] a gente tinha que ter uma postura um pouco mais rígida né [...] teve momentos assim, eu me lembro de que meu irmão uma vez pegou uma carona com uns meninos [...] estudantes de engenharia, que comentavam né [...] e os comentários eram assim 'Deus o livre de namorar a presidente do DCE' porque (risos) ela é muito brava, ela é muito né [...] ela é muito autoritária [...] eu era uma pessoa muito tímida e, a forma também pra me colocar [...] era também me colocar numa posição de rigidez [...] (ZAMBONI, 2014, grifo nosso)

Como se firmar como liderança política e ideológica sendo mulher? Como lidar com o desmerecimento da figura feminina como líder de movimentos? O que significa ocupar um lugar há tempo designado para a figura do homem? Este trecho de Tosca Zamboni demonstra um caráter majoritariamente masculino em espaços de liderança que, por vezes, até o presente, se tornam corriqueiros. Apesar dessa "dificuldade" de se manter como presidente, de comentários indesejados e da necessidade de adotar uma postura "rígida", como fala em seu depoimento, a sua presença central no diretório já demarcava e demonstrava uma mudança significativa na estrutura social.

É ideal conceber esses movimentos de resistências como plurais - uma vez que até mesmo dentro do estudantil haviam diferentes grupos de atuação - e que, por diversas vezes, conversavam entre si. Edezina de Lima Oliveira afirma que grande parte de sua herança política partidária de esquerda vinha do "partidão". Passou a integrar o movimento estudantil no curso de história e, para além dele, também esteve ligada à Ação Popular e POLOP. Apesar de ter tido uma "educação religiosa familiar" (OLIVEIRA, 2014) e ter estudado em colégio de freiras, desligou-se da Igreja Católica aos 20 anos e aderiu ao pensamento e teoria marxista. Edezina esteve à frente do Comitê da Anistia de Londrina e da greve dos professores de 1978 porém, diferentemente das outras mulheres até aqui, desligou-se da política após meados de 1988, classificando a esquerda como "cinzenta".

> [...] a minha família era conservadora, de direita e tal mas muito ligada a política, e se discutia política o tempo todo. Era política ou era religião [...] a formação de quase toda a esquerda, que eu conhecia, ela vinha via partidão, via PC [...] quando eu decidi fazer história [...] foi porque eu já era marxista [...] o movimento estudantil se manteve [...] isso foi antes do AI-5 [...] essa assembléia que a gente deflagra a greve de 78, agora veja, foi uma coisa marcante e histórica porque [...] o último movimento de professor tinha sido

> em 68 [...] um pouco antes do AI-5 [...] e o mesmo processo de criticar a Igreja Católica eu tava enfrentando agora de criticar a esquerda [...] (OLIVEIRA, 2014)

Edezina demonstra em seu relato que enfrentou resistências já em sua casa. Isso pode significar que encontrou no movimento estudantil, no marxismo ou no partidão, uma oportunidade para encontrar-se numa via diferente de sua família e assim, participar ativamente. Além disso, frisa a greve de professores em 1978[25] como momento marcante quando pensamos no contexto ditatorial enquanto regime autoritário, que censurava movimentos sociais emergentes.

Como o MR8, a Ação Popular também teve certa influência do movimento estudantil e contava com militantes de ambas organizações, juntamente com as juventudes católicas. De alguma maneira o movimento estudantil contribuiu para a reconstituição da AP. Por se tratar de uma militância muito jovem, falando em faixa etária, muitos eram membros do movimento estudantil por estarem inseridos numa universidade (DIAS, 1997). Havia, portanto, uma militância conjunta em várias organizações e movimento estudantil foi um agente social importante contra a ditadura, favorecendo também, a inserção de grande parte dos jovens membros da Ação Popular (BRISTOT, 2015).

Semelhante a Edezina Oliveira, Ana Beatriz Fortes não continuou uma trajetória política após a ditadura militar. Também criada em colégios religiosos, iniciou sua participação da resistência com o movimento estudantil e, apesar dessa participação ter sido breve, Ana foi alvo de prisão e da tortura entre o final de 1960, início de 1970, contexto em que, Elizabeth, sua irmã, também havia sido presa.

> [...] mas, assim, a minha atuação era principalmente essa [...] ir em reuniões, ler […] a gente lia muito […] ir em passeata [...] às vezes fazia panfleto [...] quando eu cheguei no DOPS [...] tinha uma carta é [...] que o pessoal da prisão tinha escrito para um rapaz que esteve preso com eles mas já tinha saído [...] que era um rapaz da UNE [...] a carta era uma carta normal, comum, dizendo que eles estavam bem, que queriam saber dele [...] mas não tinha nome de quem estava escrevendo essa carta nem pra quem era essa carta [...] então um dos motivos de minha prisão, da minha tortura, dos

[25] No contexto de 1978 algumas greves eclodiram no Brasil e, em Londrina a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) paralisou suas atividades e aderiu ao movimento grevista, mesmo com ameaças vindas da ditadura.

> interrogatórios era saber quem tinha escrito essa carta e pra quem era [...] (ANA FORTES, 2013)

Ana conta que ficou no quartel da Praça Rui Barbosa, em Curitiba, por aproximadamente 10 dias, e ainda, se deslocando para Foz do Iguaçu, passando por interrogatórios e diversos tipos de torturas, que conta com exatidão em seu depoimento. Somente após esse período foi "devolvida" aos seus pais com um pedido de "desculpa, foi engano"[26] (FORTES, 2013). Até o momento do seu relato não teve certezas sobre os motivos de ter sido presa e torturada mas que, tinha consciência que já era uma figura visada e perseguida por sua participação no movimento. Mesmo com essa "pequena" militância, Fortes deixa qualquer ligação com movimentos de oposição após o acontecido de sua prisão[27].

Com Ana Beatriz Fortes observamos um rompimento com os outros depoimentos já tratados aqui. Mesmo que algumas tenham aderido apenas ao movimento estudantil e não tenham continuado uma carreira política e de militância após o fim da ditadura, ainda assim seguiram, mesmo com prisões, engajadas de certa forma, no movimento. Ana desligou-se das atividades após seu período na prisão, como demonstrado no trecho abaixo. Isso significa e demonstra que as resistências nunca foram, nem serão, iguais.

> [...] porque aí já era 73 que eu fui pra São Paulo, lá já era uma repressão bem grande né [...] não tinha mais aquele movimento político que eu sentia aqui né [...] era mais coisas culturais, mas não tinha mais militância política, não [...] como se tivesse já passado aquela fase pra mim [...] depois, realmente me afastei assim [...] **a vida foi levando pra outras áreas** [...] (ANA FORTES, 2013, grifo nosso)

Por fim, duas últimas trajetórias antes de realizar uma síntese deste tópico. Lídia Lucaski, no início de seu depoimento, relembra que havia uma "tradição de liberdade" (LUCASKI, 2014) antes do golpe civil militar de 1964 e como a ditadura foi assumindo seu caráter repressivo, autoritário e violento ao passar dos anos. Como sua família, também sem histórico político e de participação em movimentos sociais, Lídia estreou dentro do movimento estudantil a partir da sua morada na casa do estudante da UFPR, com o teatro, reuniões e debates no DCE, ou seja, aquilo que "estava ao alcance" (LUCASKI, 2014).

---

[26] Após Ana ser solta e passar por exames no IML, Régines Prochmann, pai de Valéria, foi o responsável por suas avaliações físicas e prescrições de medicamentos.

[27] O nome de Ana também está presente no documento da Operação Pente Fino, classificada como "elementos estudantis agitadores" na 2ª seção da PMEP.

> [...] **o pior mesmo foi em 68** [...] com o advento do AI-5, nessa época eu morava na casa do estudante universitária [...] **a repressão já era grande nos centros acadêmicos, a casa do estudante também era bastante visada** [...] sempre fui, sou até hoje, muito reservada, muito tímida [...] e eu tinha muito medo de falar em público [...] aí foi preso um grande amigo nosso, que é o China [...] chegou essa notícia lá na filosofia [...] e alguém tinha que entrar como aluno da turma pra dar esse comunicado [...] e alguém me pediu que desse essa notícia [...] e talvez foi um passo que eu dei pra vencer isso de falar em público [...] nós ali participávamos de reuniões, debates, quer dizer, era um núcleo que, alguma atividade a gente tinha [...] e reuniões com outros estudantes de outras faculdades [...] a gente só fazia o que estava ao nosso alcance, né, manifestos, discussões, pichações [...] (LUCASKI, 2014, grifo nosso)

> [...] era militância direta, passeatas, comício relâmpago [...] claro que na clandestinidade, essa coisa toda, confeccionar cartazes, sair depois pra rua, daí ser preso [...] **não tinha mais como ficar neutro** [...] era um movimento só estudantil mesmo, quem apoiava as manifestações, não tinha esse núcleo organizado [...] (LUCASKI, 2014, grifo nosso)

Lídia traz o caráter de "serviço sujo" (LUCASKI, 2014) que o DOPS realizava através de interrogatórios para com os presos políticos e sobre o movimento estudantil, com falsas indagações e afirmações, ameaças e torturas psicológicas e que, após certo momento era necessário organizar-se em movimentos. "Não tinha mais como ficar neutro" (LUCASKI, 2014). Em seu depoimento, é clara a presença importante que a Igreja Católica assume na vida política de Lídia. Quando recebeu seu mandato de prisão, período que morou no Rio de Janeiro, a instituição religiosa foi quem contribuiu para retirar os perseguidos políticos do território brasileiro, como foi seu caso, em 1969, partindo para o Uruguai. Portanto, mesmo dentro da Igreja Católica, instituição que colaborou na elaboração e deflagração do golpe em 1964, houveram grupos e pessoas que contribuíram para que presos e perseguidos seguirem para o exílio (como é o caso de algumas pastorais, indivíduos ligados a teoria da libertação e juventudes católicas).

> [...] e as pessoas do Rio de Janeiro [...] conheci algumas pessoas da Igreja Católica, algumas pessoas ligadas ao Partido Comunista, é incrível né, quase uma simbiose assim, em muitas situações desapareciam qualquer antagonismo, as pessoas se uniam para salvar o que ainda podia ser salvo né [...] e a Igreja Católica fez, o movimento da Igreja, um trabalho muito importante para tirar os perseguidos daqui [...] uma pessoa que, tenho que

> mencionar é a **Branca Moreira Alves**[28] [...] fez um trabalho assim, com muita gente, de tirar os perseguidos daqui [...] talvez se não fosse ela [...] ela não precisava, digamos, esse sacrifício maior [...] acho que Branca Moreira Alves salvou muita gente da morte [...] (LUCASKI, 2014, grifo nosso)

Além da repressão dentro dos anos da ditadura militar, é essencial pensar nas consequências no período posterior à ditadura. Como ter participado de uma oposição afetou suas vidas pessoais e profissionais? Lídia, aprovada pelo concurso para trabalhar no IBGE, teve que abrir mão de sua vaga por "incompatibilidade" com o serviço público, devido a seu histórico de "subversiva" (LUCASKI, 2014). Por quanto tempo essas consequências e delimitações afetaram a vida daqueles denominados subversivos?

> [...] porque te digo, assim, a ditadura eu acho que ela [...] ela conseguiu muitos [...] muitas façanhas, se isso pode se chamar assim, **ela conseguiu [...] prejudicar pessoas** [...] na sua carreira, na sua vida [...] fora os que morreram nas prisões e nas torturas, mas é isto que te questiono, essas pessoas devem estar por aí [...] (LUCASKI, 2014, grifo nosso)

Os direitos negados e silenciados, sobretudo da população feminina - que, mesmo dentro de organizações de esquerda não encontrava debates sobre o ser mulher - também foram pauta dentro dos movimentos sociais em oposição à ditadura e, principalmente, nos arredores da constituinte. Valéria Prochmann, filha de um ex-militante da Ação Popular e da UPE, que iniciou no movimento estudantil, participou do lobby do batom durante a estruturação da nova Constituição, acerca dos direitos das mulheres. Iniciou sua trajetória ainda como estudante secundarista, em grêmios estudantis para então, lançar contato com o movimento de forma geral, se encontrando como liderança da UPE entre 1985 a 1987.

> [...] nesse grêmio estudantil, tanto eu como outros colegas [...] nós começamos a ter contato com o movimento estudantil de maneira geral, fomos eleitos delegados na reconstrução da UBES [...] então começamos a participar mais ativamente do processo eleitoral pra governador do estado, pra primeira campanha [...] aí realmente o regime militar passa a entrar em decadência [...] a universidade muito autoritária, é, havia na época [...] uma reforma universitária feita pela ditadura militar que impedia as manifestações democráticas, que colocava a formação dos estudantes apenas a serviço das necessidades de mercado [...] **não tinha liberdade política**

[28] Branca Moreira Alves, vinda de uma família tradicional do Rio de Janeiro, da alta burguesia, nasceu em 1940 e através do depoimento de Lídia percebemos que, apesar de sua posição social e econômica pela sua família, colaborou para que perseguidos políticos pudessem deixar o país. Seu nome está nas contribuições e produções sobre o feminismo no Brasil, gênero e a emancipação feminina na década de 1970 e nas seguintes.

> **nenhuma [...] e os estudantes estiveram sempre à frente de todas essas mobilizações né** [...] e eu participei efetivamente do lobby do batom, na época [...] que foi o movimento de mulheres pra que a nova constituição garantisse às mulheres, no âmbito do direito, uma série de conquistas que vem marcar uma revolução praticamente no campo jurídico, no que diz respeito ao direito das mulheres [...] (PROCHMANN, 2014, grifo nosso)

Quando refletimos sobre a trajetória de Valéria e nos dados elencados na tabela anterior, por ser a mulher mais jovem das analisadas aqui, explica essa participação nos anos finais da ditadura e no processo de redemocratização com maior ênfase e sua integração ainda no movimento estudantil secundarista. Além disso, marca mais uma vez, o protagonismo estudantil em lutas sociais em oposição à ditadura e, as novas "possibilidades" nesse contexto de fim da ditadura militar, quando houve uma quebra, de certa forma, nas organizações e partidos políticos. Aquilo que anteriormente esteve centrado e organizado apenas como MDB, encontra um horizonte com outros caminhos políticos a seguir, uma era de reestruturar a pluralidade partidária no Brasil.

> [...] na época era o partido em que congregava a imensa maioria das forças políticas democráticas, inclusive os partidos comunistas que estavam na ilegalidade [...] tínhamos essa militância estudantil, a militância partidária [...] e uma militância específica nos movimentos feministas [...] e lá em casa, **a medida que a democracia foi se consolidando, a pluralidade partidária se instalou no país, que na época da ditadura não havia** [...] mas já no começo da distensão democrática, houve a pluralidade partidária, aí realmente cada um era simpatizante de um partido diferente, então a democracia acontecia ali de toda forma né (risos) porque uma gostava mais do Lula, outra gostava mais do Brizola, outro já era mais Mário Covas, outro Ulysses Guimarães. Na primeira eleição presidencial realmente foi [...] dividiu-se [...] (PROCHMANN, 2014, grifo nosso)

Ainda com Valéria, temos quase que uma exceção em oposição à regra. Assim como Tosca Zamboni que assumiu a presidência do DCE da UFPR, Valéria Prochmann tornou-se líder na União Paranaense dos Estudantes (UPE) e contribuiu de certa forma para que, essa invisibilidade e o apagamento de suas ações políticas não se desenvolvessem. Além disso, essa chegada ao poder de uma entidade estudantil - como elemento essencial no combate à ditadura - acaba por evidenciar o protagonismo feminino dentro do movimento como um todo e reafirmar a crítica já colocada por Perrot (2017) de que a política não seria um espaço destinado a mulheres. Um espaço não pensado para elas.

4. Síntese e resultados

Vale, portanto, reafirmar alguns pontos principais acerca do movimento estudantil pensando inclusive, em seu contexto geral. 1) Não se pode duvidar do seu caráter como agente social que contribuiu para que manifestações contrárias à ditadura fossem feitas; 2) a maneira como o movimento esteve à frente dos grupos de oposição; 3) sua existência acabou por alavancar importantes movimento sociais e de resistência; 4) a aderência de jovens ao movimento está intimamente ligada ao crescente número de inserção nas universidades, sobretudo, de figuras femininas; 5) o movimento estudantil, secundarista ou acadêmico, foi, por vezes, um primeiro contato com movimentos de resistência, abrindo caminhos para outras organizações sociais e políticas; 6) pensar no movimento estudantil no Paraná, contribui para que essa memória e identidade estudantil seja valorizada e repensada no estado, bem como, vista como uma das principais figuras no combate a ditadura militar; 7) o movimento estudantil assumiu pautas além daquelas que condizem somente com o ambiente universitário e 8) cada uma delas se coloca de uma forma diferente em relação ao passado e possui, portanto, uma dinâmica particular de narrar sua história e memória.

Além disso, pensar nessas mulheres como integrantes do movimento, significa colocá-las também como agentes e figuras protagonistas na luta estudantil não somente contra o aparato militar mas, contra bases institucionais sólidas que ainda planejavam a exclusão feminina dos campos sociais e políticos, uma vez que a invisibilidade da militância de mulheres é recorrente na memória social da história sobre a ditadura no Paraná, e as práticas políticas e sociais masculinas são mais valorizadas (CONRADI, 2015).

Considerações finais

De toda maneira, e para concluir, a produção de uma história das mulheres reafirma essas figuras como agentes de sua própria história, atuantes no combate à ditadura e integrantes e participativas na vida e num contexto político, histórico e social, mesmo quando os padrões estabelecidos para uma mulher se mostravam outros. E, para além das conclusões colocadas acima, a inserção das mulheres nos ambientes universitários a partir dos anos 1960 e como consequência uma entrada no movimento estudantil, foi essencial para que essa oposição fosse pensada e analisada aqui, bem como foi essencial que, a partir do movimento estudantil, outras organizações, movimentos e partidos fossem ocupados por elas.

O ato de contar sobre si, sobre seus passados de ação política se configura como uma análise de suas vidas por elas mesmas. Traçar uma história das mulheres na militância do movimento estudantil no Paraná - mesmo com múltiplas ações políticas em alguns casos - coopera para que elas não estejam silenciadas pelas estratégias de poder e colabora para o não apagamento e invisibilidade de suas ações no campo político e social, evidenciando seus protagonismos (CONRADI, 2015).

Como se constrói no presente uma memória da participação política das mulheres paranaenses na ditadura? E, qual memória histórica é atribuída a elas? Não somente com o intuito de responder a questões como estas, este trabalho procurou questionar e refletir sobre esse apagamento e silenciamento que se rompe, de certa forma, com produções como as utilizadas aqui.

Esta pesquisa deve servir ainda como uma possibilidade de compreensão sobre a ditadura militar no Paraná, que por muitas vezes pode passar despercebida, com focos apenas para outros estados brasileiros, visando romper com a percepção de que o contexto paranaense não contou com os aparatos da ditadura ou sequer houveram movimentos de resistência à ditadura. Ademais, contribuir até mesmo no ensino de História, sobretudo numa História regional e pública, evidenciando-as.

Pensar neste trabalho é refletir dentro da subjetividade. Lançar uma percepção para o individual e coletivo ao mesmo tempo. Buscar compreender as escolhas tomadas e caminhos trilhados. Sobre oportunidades mas também privações. E, concebê-las sobretudo, como mulheres comuns que viviam para além da militância, em seu próprio tempo e espaço.

E aqui afirmo: jamais, que em nosso estado e país - e por quê não no mundo? - haja uma outra história de caráter autoritário, militar e repressivo, que persegue, tortura e mata, como houve durante 1964 a 1985 no Brasil; que as mulheres sigam lutando e alcançando seus objetivos pessoais e sociais; que o movimento estudantil mantenha sua chama acesa para o que acontece a sua volta; que uma história das - e pelas - mulheres seja lembrada e construída dia após dia. Contribuir na reconstituição de suas histórias e memórias não significa falar por elas, mas proporcionar espaço para que falem.

Enfim, que este trabalho não acabe aqui.

Fontes

FORTES, Ana Beatriz. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube, Outubro/2013, 1:16:18. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G3tNJDHVjIk&t =19s&a b _ c hannel=DhPaz>

FORTES, Elizabeth Franco. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube, Novembro/2013, 1:16:42. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5boaPTL_oY QE&t=47s&ab_channel=DhPaz>

LUCASKI, Lídia. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube. Abril/2014, 1:43:33. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=11kP73w52cM&t=1501s &a b _ c h a n nel=DhPaz>

OLIVEIRA, Edezina de Lima. DhPaz Paraná - Depoimentos para a História. Youtube. Abril/2014, 1:27:12. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v= h Q c O a O k 7 X yk&ab_channel=DhPaz>

PROCHMANN, Valéria. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube, Fevereiro/2014, 1:10:38. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HinN_ w 0 X J F4&ab_channel=DhPaz>

SOUZA, Célia R. de. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube. Outubro/2014, 1:21:42. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VR qzB HeW 9u A & t = 6 7 2 s &ab_channel=DhPaz

ZAMBONI, Tosca. DhPaz Paraná- Depoimentos para a História. Youtube, Fevereiro/2014, 1:48:58. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BRC3WHkmZ40& t= 2 50s & a b_channel=DhPaz>

Referências

ARAÚJO, Maria Paula (org) et tal**. Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.** Ponteio. pp. 1-48. Brasília, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais.** Editora Vozes, 1985.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

BATISTELLA, A. **Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965.** História (São Paulo), v. 34, n. 1, p. 274–302, jun. 2015.

BORGES, Luana Regina; FIUZA, Alexandre Felipe. **Mulheres na universidade: a presença feminina no movimento estudantil paranaense (1964-85).** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1733-1757, out./dez. 2020.

BRISTOT, Lidia Schneider. **Quem faz revolução? Discursos sobre a juventude na Ação Popular e Ação Libertadora Nacional durante a ditadura.** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis -SC, 2015.

CARVALHO, Bruno Leal P. de. **Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores, e as redes sociais online.** Revista História Hoje, v. 3, nº5, p. 165-188 - 2014.

CARVALHO, Bruno Leal P. de. **História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo.** Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

COLLING, A. M**. As mulheres e a ditadura militar no Brasil.** *In:* CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. *Anais*... Coimbra: [s.n.], 2004.

COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero.** OPSIS. Catalão, v.15, n.2, pp. 370-383. 2015.

CONRADI, Carla C. Nacke. **Gênero, Memória e Ditadura: A militância política de Lídia Lucaski no Paraná.** História: Questões & Debates, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 261-296, jan./jun., 2020. Universidade Federal do Paraná.

CONRADI, Carla C. Nacke. **Memórias do Sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Curitiba, 2015. 267 p.

COSTA, Ana Alice A. **O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar.** In: Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010.

DHPAZ - Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@sdhpaz> . Acesso em: 4 nov. 2023.

DIAS, Reginaldo. **Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná**. Assis : Unesp, 1997.

DUARTE, Ana Rita F. **Homens e Mulheres contra o Inimigo: a mobilização do gênero pela Ditadura Militar brasileira.** Anais do Simpósio XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. pp. 1-14. São Paulo, julho, 2011.

FICO, Carlos. **O golpe**. In: O Golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 - 2004.

FLORES, Mariana F. da Cunha T. **Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, Jul./Dez. 2015.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. *et al.* **Representações sociais de "ser mulher militante": As imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira**. *Memorandum,* v. 28, p. 110-131, abr. 2015.

JOFFILY, Mariana. **Os *Nunca más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991).** In: Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2011.

LUCCHESI, Anita. **História pública digital: dois pitacos sobre outras histórias possíveis na Era Digital.** Boletim do Tempo Presente, vol. 11, n. 03. Mar, 2022, p. 36-43.

MESQUITA, M. R. **Juventude e movimento estudantil — O "velho" e o "novo" na militância.** 2001. 189p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **"O martelo de matar moscas": os anos de chumbo"**. In: 1964 História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021, p. 119- 146.

NAPOLITANO, Marcos. **O Mito da "ditabranda"**. In: 1964 História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021, p. 69-95.

NAPOLITANO, Marcos. **Os historiadores na "Batalha da Memória": resistência e transição democrática no Brasil.** In: História e memória das ditaduras do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, 444p.

NASCIMENTO, Ingrid Faria G. et tal. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. pp. 23-31.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28. 1993.

OLIVEIRA, Antônio N. Pires. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná** / Antônio Narciso Pires de Oliveira, Fábio Bacila Sahd, Silvia Calciolari. Curitiba: DHPaz, 2014. 328 p.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos.** Ed. Pontes, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989).** In: Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. (orgs). **Nova História das mulheres.** São Paulo : Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História, São Paulo, v.24,n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo : Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros.** Introd. Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

RIDENTI, M.S. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.** Tempo Social: Revista de Sociologia. São Paulo, USP, 2 (2): 113-128, 2 sem.,1990.

RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura: resistência e integração.** In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões e possibilidades.** In: História e memória das ditaduras do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, 444p.

SANTOS, Eladir F. Nascimento. **Disputas de memórias: memória e identidade do MR8 (1975-1985).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Jordana de Souza. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar.** AURORA, ano III, número 5 - Dezembro de 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Da Frente Ampla ao desafio estudantes e trabalhadores.** In: **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985). 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 608 p.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo : Boitempo, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil. Brasiliense. 1993.**

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar.** Bauru, v.2, n.2, pp. 9-18. junho, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. **A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

WOLFF, Cristina S.; NUNES, Alina dos Santos. **As mulheres na revolução: 1968 no Cone Sul.** In: 1968: perspectivas desde o tempo presente. São Paulo, SP:Letra e Voz, 2020.

WOLFF, Cristina S. **O gênero da esquerda em tempos de ditadura.** In: Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010.